

## DESINVENTANDO E (RE)CONSTITUINDO LÍNGUAS<sup>1</sup>

DISINVENTING AND (RE)CONSTITUTING LANGUAGES

Sinfree Makoni

Professor associado de linguística aplicada e estudos africanos da  
Pennsylvania State University  
[sbm12@psu.edu](mailto:sbm12@psu.edu)

Alastair Pennycook

Professor de estudos linguísticos da University of Technology Sydney  
[alastair.pennycook@uts.edu.au](mailto:alastair.pennycook@uts.edu.au)

Tradução de Cristine Gorski Severo

Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística e do Departamento de Língua  
e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina  
[crisgorski@hotmail.com](mailto:crisgorski@hotmail.com)

**Resumo:** Neste artigo defendemos que embora a natureza problemática da construção das línguas tenha sido considerada por uma série de autores céticos, assumindo de que não haveria alguma coisa como o inglês, ou qualquer outra língua, essa abordagem crítica para as línguas ainda precisa fomentar um entendimento mais amplo sobre os processos de invenção. Uma parte central de nosso argumento, portanto, é que não basta considerar que as línguas tenham sido inventadas e nem que as metalinguagens constroem o mundo de formas específicas; ao invés disso, precisamos compreender a relações estabelecidas entre os diferentes regimes metadiscursivos, as invenções linguísticas, a história colonial e as estratégias de desinvenção e reconstituição das línguas. Quaisquer projetos de linguística (aplicada) crítica que pretendam lidar com as línguas no mundo contemporâneo, a despeito de quão estimáveis eles sejam, devem também buscar compreender os efeitos linguísticos nocivos que esses projetos podem produzir, sendo confrontados pela necessidade de uma desinvenção e reconstituição das línguas.

**Palavras-chave:** Invenção; Desinvenção; Política linguística; Abordagem crítica.

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão editada e condensada do artigo “Disinventing and (Re)Constituting Languages”, originalmente publicado em *Critical inquiry in language studies: An international journal*, 2, 3, 2005, p. 137-156. Agradecemos aos autores pela autorização para publicação da presente versão em língua portuguesa.

**Abstract:** In this paper we argue that although the problematic nature of language construction has been acknowledged by a number of skeptical authors, including the recent claim in this journal (REAGAN, 2004) that there is no such thing as English or any other language, this critical approach to language still needs to develop a broader understanding of the processes of invention. A central part of our argument, therefore, is that it is not enough to acknowledge that languages have been invented, nor that linguistic meta-language constructs the world in particular ways; rather, we need to understand the interrelationships among metadiscursive regimes, language inventions, colonial history, language effects, alternative ways of understanding language, and strategies of disinvention and reconstitution. Any critical (applied) linguistic project that aims to deal with language in the contemporary world, however estimable its political intent may be, must also have ways of understanding the detrimental language effects it may engender unless it confronts the need for linguistic disinvention and reconstitution.

**Keywords:** Invention; Desinvention; Language policy; Critical approach.

## Introdução

Na primeira edição desta revista, Reagan (2004, p. 42) propôs que “não há, ou pelo menos não deve haver, algo como a língua inglesa. Na verdade, meu argumento é um pouco mais forte do que isso – não apenas inexiste algo como língua inglesa, como também provavelmente inexistem coisas como o russo, o francês, o espanhol, o chinês, o hindi, ou qualquer outra língua”. Para corroborar tal argumento provocativo, Reagan argumenta que a noção de línguas como entidades fixas é problemática a partir de ambas as perspectivas, histórica e social. Historicamente, “as línguas – qualquer língua – estão constantemente mudando e em fluxo, e então qualquer esforço para demarcar as fronteiras de uma língua em particular são, inevitavelmente e no melhor dos casos, capazes de oferecer um retrato da língua em um dado espaço e tempo” (p. 44); e socialmente, as línguas variam de acordo com os contextos, os falantes, as classes, o gênero, entre outros. Uma língua, segundo o autor, é “no final das contas uma coleção de idioletos determinados a serem agrupados por motivos não-linguísticos e extra-linguísticos” (p. 46). Ele con-

clui defendendo uma forma de consciência linguística crítica que empregue uma epistemologia construtivista de forma a “rejeitar a objetificação positivista da língua, a favor de uma perspectiva linguística mais complexa, sofisticada e matizada” (p. 56).

Neste artigo, pretendemos levar adiante tais concepções ao explorar com maior profundidade os processos de invenção e reinvenção das línguas. Começamos com a premissa de que as línguas – e as metalinguagens usadas para descrevê-las – são invenções. Ao propor esse argumento, estamos sinalizando para uma série de questões interligadas: primeiro, as línguas foram, no sentido mais literal possível, inventadas, especialmente como integrantes de um projeto colonial cristão. Em segundo lugar, paralelamente, uma dada metalinguagem linguística – ou, considerando a sua abrangência mais ampla, um *regime metadiscursivo* (BAUMAN; BRIGGS, 2003, p. 299) – também foi inventada. Portanto, juntamente com a invenção das línguas, uma ideologia de línguas como categorias separáveis e enumeráveis também foi criada. Trata-se de uma ideologia fundamentada em uma visão nominal de língua. Uma versão extrema dessa perspectiva nominal de línguas como enumeráveis surge quando as línguas são vistas como instituições, uma visão reforçada pela existência de gramáticas e dicionários (JOSEPH, 2004). Em terceiro lugar, tais invenções tiveram efeitos muito reais e materiais, ajudando a determinar como as línguas devem ser compreendidas, como as políticas linguísticas devem ser construídas, como a educação tem sido trabalhada, e como as pessoas foram levadas a se identificar com certos rótulos linguísticos. E, por fim, como parte de um projeto linguístico crítico, precisamos desinventar e reconstituir as línguas, um processo que pode implicar tornar-se atento para a história dessa invenção e repensar as maneiras como olhamos para as línguas na sua relação com identidade, localização geográfica e outras práticas sociais. Considerando os efeitos contemporâneos dessas invenções, nossa intenção em relação à desinvenção não é retornar a alguma fase pré-colonial edênica, mas identificar formas de repensar as línguas no mundo contemporâneo.

Embora reconheçamos que alguns desses temas têm recebido atenção ao longo dos anos – a invenção das línguas está razoavelmente bem documentada, e as afirmações problemáticas que subjazem as metalinguagens da Linguística não escaparam da atenção de alguns linguistas (como HARRIS, 1980, 1981; MÜHLHÄUSLER, 1996) – a *inter-relação* entre esses elementos, e o desenvolvimento de estratégias para se progredir no argumento não têm sido adequadamente considerados. Uma parte central de nosso

argumento, portanto, é que não é suficiente considerar que as línguas tenham sido inventadas e que as metalinguagens linguísticas constroem o mundo de determinadas maneiras; ao invés disso, precisamos compreender as inter-relações entre os regimes metadiscursivos, as invenções das línguas, a história colonial, os efeitos linguísticos, as formas alternativas de se compreender as línguas, e as estratégias de desinvenção e de reconstituição. Qualquer projeto de linguística (aplicada) crítica que pretenda lidar com as línguas no mundo contemporâneo, embora seja estimável em termos de intenção política, também deve considerar as formas de compreensão dos efeitos linguísticos nocivos que ele pode acarretar, a menos que tal projeto seja confrontado pela necessidade de desinvenção e reconstituição das línguas.

## **2 Invenção, imaginação e construção**

A obra de Terence Ranger (1983), *The Invention of tradition in colonial Africa* [A invenção da tradição na África colonial] é considerada um dos textos fundantes da ideia de invenção (SPEAR, 2003, p. 5). O conceito de invenção é relevante para os contextos colonial, contemporâneo pós-colonial e metropolitano. Conceitualmente, a noção de invenção foi inicialmente usada por Ranger para descrever “ao invés da invenção das tradições africanas, a maneira como as autoridades coloniais adotaram instituições britânicas do regime recente – escolas públicas, casas de campo, serviços civis e monarquia imperial – para estabelecer uma ética patriarcal feudal de subordinação dos africanos”. Contudo, a vinculação simplificada da noção de invenção ao colonialismo corre o risco de criar uma impressão de que os agentes coloniais foram os únicos ativamente envolvidos no processo de invenção, e que esse processo culminou com o fim da época colonial. Tal visão seria a-histórica. Vaughan (2003), por exemplo, descreve a maneira como as elites contemporâneas na África pós-colonial criaram seu passado como uma “adaptação imaginativa das estruturas políticas do Iorubá (especialmente as chefaturas Iorubá) aos processos de formação do Estado na Nigéria, onde as elites Iorubá constantemente mobilizavam interpretações subjetivas sobre seu passado para construir estruturas e ideologias de poder.” (SPEAR, 2003, p. 11).

Nossa compreensão sobre a invenção se aproxima do que Blommaert (1999, p. 104) chama de “atitude de descoberta”, o aspecto definidor do mito de que a África, antes

da colonização, seria um quadro em branco no qual os europeus mapearam as suas categorias. As categorias que foram criadas incluíram nomes de grupos étnicos, línguas e a maneira como eles foram descritos. Todos que tinham algum conhecimento de África poderiam apresentá-lo como “descoberta”. Outro conceito relacionado à ideia de invenção é a noção de Said (1985) de “ter estado lá” (*being there*). O fato de terem estado em África, Oriente Médio, Índia e Ásia – independentemente da duração da estadia ou a da natureza de associação – é considerado suficiente para os colonizadores reivindicarem o “conhecimento” das línguas e culturas nativas. Missionários, administradores e outros funcionários coloniais escreveram gramáticas e manuais didáticos baseados em construções linguísticas muito particulares, ao invés de considerarem as línguas locais usadas pelos próprios nativos. Esse aspecto contribuiu para o processo de cristianização das “línguas indígenas” (ISICHEI, 1995; RENCK, 1990). Em alguns casos, o que era definido como línguas indígenas se referia às variantes que os missionários usavam em suas trocas com os africanos, e não ao que os africanos falavam uns com os outros. E os africanos, através de suas reações, estavam cientes da maneira como as línguas codificadas constituíam novas línguas. Conforme comentado por Rusike (*O Espelho Bantu*, 1934):

A nenhum africano foi dado um assento no comitê de unificação e os resultados são que línguas recém formadas compreendem uma mistura de xhosa, zulu, ndebele, kaffir de cozinha, nyanja e inglês. Para mim, não é a língua shona que as pessoas brancas estão tentando forçar, mas a língua de um homem branco.

A descrição de línguas indígenas refletia os discursos dos missionários e dos administradores a respeito de suas discussões sobre os colonizados, ao invés de refletir efetivamente os usos linguísticos dos colonizados. Na cristianização das línguas indígenas, era a competência individual do analista, e não necessariamente a competência dos “informantes nativos”, que formava a base da descrição das chamadas “línguas indígenas”. É assim que os

missionários não descreviam (ou sequer aprendiam) as línguas africanas porque ‘eles estavam lá’; seu trabalho linguístico e acadêmico estava inscrito em uma prática comunicativa que tinha sua dinâmica interna própria. Em termos gerais, esse trabalho se caracterizava por uma mudança

gradual da apropriação descritiva para a imposição e controle prescritivos (Fabian, 1986, p. 76).

A noção de invenção é, portanto, de várias maneiras, semelhante à discussão feita por Homi Bhabha (1994) a respeito da “narração da nação” e de Benedict Anderson (1983) sobre as “comunidades imaginadas”. Ambos os conceitos sinalizam para as maneiras como as nações são imaginadas e narradas, bem como enfatizam a papel das línguas, da literatura e das instituições nesse processo. Diferentemente de Anderson, contudo, nós consideramos que ambas, língua e nação, são co-construídas dialeticamente e, dessa forma, nos aproximamos da crítica de Joseph (2004) a respeito da unilateralidade da formulação feita por Anderson:

A abordagem construcionista de Anderson sobre o nacionalismo se dá às custas de uma visão essencialista sobre as línguas. Parece uma barganha feita pelo sociólogo ou cientista político para quem essa perspectiva traz uma simplicidade explanatória, para não mencionar facilidade. Mas... trata-se de uma falsa simplicidade. Línguas e identidades nacionais surgem conjuntamente, de forma dialética, em um processo complexo que deve ser nosso foco de interesse e estudo. (JOSEPH, 2004, 124).

A vantagem do termo “invenção” é que ele aponta para contextos específicos – bem como para agendas e crenças conceituais específicas – nos quais as instituições, as estruturas e as línguas são produzidas, reguladas e constituídas. Por exemplo, a invenção de algumas línguas africanas, como tswana, shona e tsonga (usadas principalmente no sul da África) baseou-se na visão de Herder que operou como uma parte significativa do movimento intelectual romântico alemão no qual língua, raça e localização geográfica foram construídos como sendo indivisíveis.

Tais percepções conceituais nos encorajaram a explorar as contradições essenciais presentes na retórica colonial a respeito da preservação do passado, da promoção do desenvolvimento econômico e da proteção dos africanos e de outros povos colonizados de seus traumas da modernidade. Tais contradições são observadas no desprezo colonial pelos africanos “destribilizados” ou “assimilados” que respondiam mais entusiasticamente à “missão colonizatória colonial”. Os africanos “assimilados”, que provavelmente

não eram escolarizados, foram vistos com desdém pois eles eram tratados como “mímica” ou “híbridos” parodiando o discurso branco (JEATER, 2002). O termo híbrido tem sido usado negativamente para se referir à apropriação que ocorreu em momentos de encontro entre africanos e brancos (YOUNG, 1995). Quando os colonizadores eram afetados pelos encontros, eles não foram chamados de híbridos.

O conceito de invenção pode servir como uma crítica, entre outros, da ideia de “línguas em perigo”, conforme proposto por Nettle e Romaine (2000), Crystal (2000) e Skutnabb-Kangas (2003), entre outros. Atualmente, presencia-se um processo de mudança das línguas indígenas para línguas vernaculares urbanas em África. Enquanto alguns linguistas consideram essa mudança como sendo lamentável, pois se trataria de uma forma de perigo para as línguas indígenas, na perspectiva da invenção, a promoção do uso continuado de línguas indígenas pode constituir uma justificativa retrógrada das estruturas coloniais. Se, para alguns linguistas, a mudança das línguas indígenas para línguas vernaculares urbanas pode ser vista como catastrófica, para os sujeitos que mudam de língua indígena para a urbana, essa mudança pode operar como uma adaptação criativa a novos contextos (MAKONI; MEINHOF, 2004). A vantagem da noção de “invenção” é que ela fornece oportunidades para a intervenção social e para práticas contra-hegemônicas através da desinvenção. Por exemplo, o amplo uso de formas linguísticas urbanas – que são ontologicamente inconsistentes com a noção de língua como unidade hermeticamente selada (MAKONI, 1998) – desafia as ideologias dominantes das políticas oficiais, especialmente na África do Sul.

As orientações conceituais que adotamos em relação ao conceito de desinvenção também podem variar dependendo dos problemas que visamos atingir. Os debates de planejamento linguístico tendem a pensar e articular seus posicionamentos em termos de soluções. Através da desinvenção, preferimos argumentar que é mais realista pensarmos em termos de alternativas viáveis do que em soluções. As alternativas conceituais que propomos podem variar de acordo com as situações. Por exemplo, em alguns casos a solução viável pode residir em essencializar a língua materna, em outros casos, em problematizá-la (PENNYCOOK, 2002). A ideologia da invenção opera como uma crítica da imposição linguística ou do imperialismo linguístico, não no sentido de que línguas dominantes são impostas a grupos minoritários, mas no sentido de que a imposição reside nas maneiras como as formas linguísticas são constituídas/construídas como

línguas, e na maneira como definições particulares daquilo que conta como língua são construídas e impostas.

### **3 Inventando línguas**

Um ponto de partida importante para a invenção das línguas se inscreve no contexto mais amplo da invenção colonial. Nosso posicionamento de que as línguas são invenções é consistente com as observações de que muitas estruturas, sistemas e construções, tais como tradição, história ou etnicidade, que geralmente são vistas como partes naturais da sociedade, são invenções de um aparato ideológico muito específico. Reivindicar a autenticidade de tais construções, portanto, significa ficar sujeito a muitos discursos particulares de identidade. Em outros termos, enquanto práticas contemporâneas podem criar uma autenticidade do ser e identificação com certas tradições, línguas e etnicidades, a história por trás da construção e manutenção dessas práticas precisa ser compreendida em termos de sua construção contingente.

Vários trabalhos históricos têm chamado atenção para o projeto comum de invenção da história – os processos pelos quais nós estabelecemos legitimidade, linhagem e vinculação com a construção de um dado passado (ver HOBBSAWN, 1983; RANGER, 1983, WALLERSTEIN, 2000). Conforme Cohn (1996) e Wallesterstein (1999), um dos aspectos principais do projeto colonial britânico na Índia foi transformar a língua, cultura e conhecimento em objetos de conhecimento europeu, inventando uma imagem britânica daquilo que a Índia deveria ser. De forma parecida, Mudimbe (1998) discute detalhadamente as formas como a África foi inventada. Esse projeto de invenção precisa, portanto, ser visto não apenas como parte de esforços europeus em desenhar o mundo de acordo com sua própria imagem, mas como parte de uma ideologia contável que foi um pilar do governo europeu e da vigilância do mundo.

Esse processo alcançou o seu auge no final do século XIX e início do XX. Segundo Ranger (1983, p. 211), “as décadas de 1870, 1880 e 1890 foram um tempo de florescimento das tradições europeias inventadas – eclesiástica, educacional, militar, republicana e monárquica. Foram também o tempo de corrida europeia na África. Houve muitas conexões complexas entre os dois processos”. De acordo com as afirmações de Ranger sobre África e de Cohn (1983) sobre a Índia, a invenção das tradições tornou-se uma parte crucial do governo colonial, uma vez que os europeus buscavam justificar sua presença e



redefinir as sociedades colonizadas em novos termos. Hardt e Negri (2000, p. 126) explicam o seguinte:

Os administradores britânicos tiveram que escrever sua própria história indiana para sustentar e promover o governo colonial. Os britânicos tiveram que historicizar o passado indiano para terem acesso à Índia e colocá-la em trabalho. A criação britânica da história indiana, contudo, como a formação do estado colonial, só pôde ser alcançada pela imposição da lógica e dos modelos europeus sobre a realidade indiana.

Foram os regimes metadiscursivos do pensamento europeu que produziram as histórias e línguas do império a partir dos materiais encontrados em campo. Um dos grandes projetos europeus de invenção foi a Pesquisa Linguística da Índia pelo Sir George Abraham Grierson, finalizada em 1926. Um problema central para Grierson, como para tantos outros linguistas, era decidir sobre as fronteiras que definem línguas e dialetos. Os dialetos tendiam a ser considerados formas faladas e as línguas recebiam um status especial de acordo com certos critérios, como similaridades regionais, famílias linguísticas ou formas literárias. Um dos problemas disso, contudo, foi que enquanto as pessoas tinham termos para seus “dialetos” – ou pelo menos termos para designar os dialetos de outras pessoas (sendo que seus próprios seriam apenas considerados em relação à forma como falavam) – eles não tinham termos para as construções mais amplas, as “línguas”. Nas palavras de Grierson (1907, p. 350; grifo acrescido):

Poucos nativos atualmente são capazes de compreender a ideia vinculada à palavra uma “língua”. Eles conhecem e entendem os dialetos. Eles os distinguem e separam com uma sutileza meticulosa e fina, o que para nós parece desnecessário e absurdo; mas suas mentes não foram treinadas para apreender o conceito, tão familiar para nós, de um termo geral que recobre uma série de dialetos interconectados... assim, enquanto os nomes dos dialetos nas páginas seguintes foram retirados da nomenclatura indígena, *aproximadamente todos os nomes de línguas foram inventados por europeus*. Alguns deles, como “bengali”, “assamese” e outros similares são encontrados em palavras que receberam a cidadania inglesa; portanto, não são palavras indianas. Outros nomes como “hindustani”, “bihari”, entre outros, foram baseados em nomes indianos de países e nacionalidades já existentes.

É interessante simplesmente observar que os nomes para essas novas entidades foram inventados, sendo relevante considerar que não se tratava apenas de nomes para objetos existentes (as línguas preexistindo aos nomes), mas, sim, de invenção e nomeação de novos objetos. Crucial, também, é notar o desencontro entre o conhecimento local como sutilmente meticuloso e fino e a inabilidade de apreensão dos conceitos trazidos pelo conhecimento europeu superior. Conforme revelado acima, a invenção de línguas indianas deve ser vista no contexto de um arquivo mais amplo de conhecimento colonial. Os britânicos, segundo Lelyveld (1993, p. 194), “desenvolveram a partir de seus estudos sobre as línguas indianas não apenas vantagens práticas, mas uma ideologia de línguas como objetos separados e autônomos no mundo, coisas que poderiam ser classificadas, agrupadas e distribuídas como meios de troca”. Esse projeto inteiro foi, certamente, um marco na construção orientalista do sujeito colonial. O Orientalismo, conforme Ludden (1993, p. 261), “começou com a aquisição das línguas necessárias para se obter informação confiável sobre a Índia. As línguas indianas se tornaram uma fundação para o conhecimento científico sobre a tradição indiana, construído a partir de dados transmitidos aos europeus por nativos especialistas”.

E no coração do problema está a ideologia do contável – aquilo que chamamos de ideologia do censo na sociolinguística. A ideia de enumerabilidade linguística baseia-se nas noções de que as línguas e os falantes dessas línguas são passíveis de serem contados. Tem sido amplamente atestado que há uma disparidade massiva entre o número de línguas que os linguistas acreditam existir e o número de línguas que as pessoas afirmam falar. A sociedade cristã de preservação das línguas, o Ethnologue, por exemplo, menciona a disparidade entre 6.800 línguas existentes no mundo segundo seus cálculos, e os 40.000 nomes para diferentes línguas existentes na perspectiva de não-linguistas (site do Ethnologue). Apesar disso, muitos linguistas interessados na preservação ficam contentes em operar com estratégias enumeráveis que têm o efeito de reduzir a sociolinguística ao nível da aritmética:

Mais de 95% das línguas faladas no mundo têm menos do que um milhão de usuários nativos; cerca de 5.000 línguas têm menos de 100.000 falantes e mais de 3.000 línguas têm menos do que 10.000 falantes. Um quarto das línguas faladas no mundo e grande parte das línguas de sinais têm menos do que 1.000 usuários, e pelo menos cerca de 500 línguas tinham em 1999 menos de cem falantes. (SKUTNABB-KANGAS, 2003, p. 32).

Mühlhäusler (2000, p. 358) considera essa posição como uma continuação da tradição da linguística segregacionista que insiste que “as línguas podem ser distinguidas e separadas”.

Abstrair as línguas, contá-las como objetos discretos e contar os falantes de tais línguas significa reproduzir uma estratégia enumerativa muito particular. A enumeração de falantes de uma língua se baseia na “norma monolíngue do falante” (HILL, 2003, p. 128), um estado paradoxal, uma vez que esse modelo parece desempenhar um papel central na formatação de nossas imagens do mundo, especialmente em contextos multilíngues (ver Ethnologue). Para tornar as línguas em algo contável, a ideologia do censo é crucial devido ao papel que ela desempenha no imaginário colonial (ANDERSON, 1991; APPADURAI, 1993; LEEMAN, 2004). Um problema maior das abordagens atuais de diversidade, multilinguismo, entre outras, é que elas também geralmente usam essa estratégia enumerativa: quantas línguas existem no mundo? Se, por um lado, faz-se perguntas sobre a diversidade, por outro, tais estratégias também reproduzem o tropo da invenção colonial. Ao se atribuir à diversidade uma pergunta quantitativa de enumeração de línguas, tais abordagens continuam a aplicar as estratégias coloniais do censo, perdendo a questão qualitativa a respeito de onde a diversidade reside.

#### **4 Regimes metadiscursivos e violência epistêmica**

A invenção de “regimes metadiscursivos” para descrever as línguas produz efeitos em ambos, a linguagem (como capacidade geral) e as línguas (como entidades). Ou seja, embora consideremos que todos os humanos têm linguagem, a maneira como ambos os sentidos são tomados (linguagem e língua) são entendidos como construídos a partir de lentes ideológicas específicas e, em grande medida, de “regimes metadiscursivos”, bem como do “lugar de enunciação” (MIGNOLO, 2000, p. 116) cultural e histórico do analista. Esses regimes metadiscursivos são significantes, pois os linguistas, mais do que outros “cientistas”, criam os objetos de análise através da natureza e do tipo dos seus “regimes metadiscursivos”, os quais formam a base de sua análise. Nesse caso, a desinvenção está amarrada à questão de repensar os sentidos de língua, como, por exemplo, a língua como meio de comunicação (ver Kyeyune (2004) a respeito do uso recente dessa metáfora de língua como meio), uma metáfora que exclui outras formas

criativas de se pensar a língua. Chamar a atenção para tais metáforas é uma estratégia de desinvenção importante na busca por uma maneira de evitar que linguistas e linguistas aplicados fiquem prisioneiros de suas próprias categorias semióticas.

Para compreender o desenvolvimento desses regimes, precisamos retornar às origens históricas dos modos de pensamento. Nas discussões que Bauman e Briggs (2003) fazem a respeito dos diferentes modos como Latour (1993) e Michel Foucault (1970) buscaram compreender a maneira como nos tornamos modernos, Bauman e Briggs (2003, p. 8) afirmam que Latour “não considerou as línguas, ou seja, o papel de sua construção como algo autônomo, bem como o trabalho de purificação e de hibridização que isso acarretou para a construção da modernidade.” Ao considerar a língua apenas como um meio de mediação entre os domínios da ciência e da sociedade, Latour simplesmente se mantém “moderno, tendo sucumbido à definição de língua como real e de sua relegação ao papel de realizar funções modernas particulares, tais como transmitir informação” (p. 9). Os autores argumentam, portanto, a favor de “um reconhecimento completo da língua como um domínio, nessa empreitada, similar à sociedade e à natureza de Latour” (p. 10). Em relação à Foucault (1970), enquanto o autor considerou o significado de modernidade na construção das línguas como um domínio separado no século XVII, Baumann e Briggs (2003, p. 10) afirmam que ele constrói uma visão de língua muito unificada. Os autores argumentam que foram as lutas envolvendo a construção das línguas em torno de questões de diferenciação social que levaram a construções específicas e a certos papéis na modernidade: “Enquanto as considerações de Foucault sobre a língua oferecem um ponto de partida excelente para discernir a maneira como a re-imaginação das línguas foi crucial para se imaginar a modernidade, nós propormos que a história precisa ser recontada, em que seu sentido mais amplo – especialmente para se entender como a modernidade produz estruturas de desigualdade – se torne mais acessível intelectual e politicamente.”

Para Bauman e Briggs (2003, p. 7), a questão central é como a modernidade (através dos trabalhos de filósofos como Locke) criou as línguas como um domínio separado, como “as línguas foram postas em existência” e como se deu “o processo de criação das línguas que lhes atribuiu um meio poderoso de criação de desigualdade social” (p. 9). Trata-se, portanto, de um passo crucial anterior ao surgimento da produção das línguas como entidades separadas, distintas e nacionais pelo estado-nação

européu. Esse último aspecto tem sido amplamente discutido e observado, conforme os trabalhos de Anderson sobre o papel das línguas na construção do estado-nação (apesar de, conforme apontado, ele não considerar a dinâmica bilateral desse processo, em que as nações inventam as línguas e as línguas inventam as nações), de Mühlhäusler (2000, p. 358) sobre a ideia de que “a ‘língua’ é uma noção cultural específica associada ao surgimento dos estados-nação europeus e ao Iluminismo. A noção de ‘língua’ faz pouco sentido para grande parte das sociedades tradicionais”. Bauman e Briggs, contudo, estão sinalizando para um período anterior a isso, quando as línguas foram construídas como entidades separadas do mundo social. Crucial para esse projeto foi o posicionamento de Locke sobre a língua, tida como “uma das três ‘grandes províncias do mundo intelectual’ que são ‘totalmente separadas e distintas’” (BAUMAN; BRIGGS, 2003, p. 299). Os autores prosseguem em sua argumentação: “ao separar as línguas de ambos natureza/ciência e sociedade/política, Locke poderia localizar as práticas de purificação das línguas, de conexão explícita com a sociedade e/ou a natureza, no centro de sua visão de linguística moderna e de práticas textuais” (p. 299-300).

Essa construção da língua como um objeto autônomo é problematizada por ambos, a linguística integracionista de Harris (1980, 1981, 1988) e as pesquisas sobre “localismo crítico” (GEERTZ, 1983; CANAGARAJAH, 2002) que buscam compreender como as línguas são vistas de maneiras diferentes em contextos diferentes. Harris tem defendido que a linguística (ou linguística segregacionista, conforme Harris nomeia a linguística ortodoxa) tem construído a língua através de seus mitos de autonomia, sistematicidade, regras, privilégio do supostamente especialista e sobreposição do conhecimento linguístico científico em relação ao conhecimento cotidiano e ordinário de língua, o que, segundo Geertz, é visto como “conhecimentos locais”. Nas palavras de Harris (1990, p. 45):

Uma redefinição integracionista da Linguística pode descartar as seguintes afirmações: (i) o signo linguístico é arbitrário; (ii) o signo linguístico é linear; (iii) as palavras têm significados; (iv) as gramáticas têm regras; e (v) existem línguas.

Conforme Mühlhäusler (2000) e Toolan (2003), uma perspectiva integracionista de língua implica não apenas que as línguas estão integradas ao ambiente, mas

que as línguas não podem ser vistas como elementos discretos. Toolan (2003, p. 123) rejeita o mito falacioso e poderoso de que “a língua seja essencialmente um sistema autônomo que os humanos podem domar em prol de suas necessidades comunicativas”. Apoiando-se nos trabalhos de Harris (1990, p. 45), essa versão de uma ecologia linguística de Toolan assume seriamente o posicionamento de que a “linguística não precisa postular a existência de línguas como parte de seu aparato teórico”. Segundo Harris, a questão é avaliar se o conceito de língua, conforme compreendido pela linguística moderna ortodoxa, de fato corresponde a qualquer objeto de análise determinado ou determinável, seja social ou individualmente, institucional ou psicologicamente. Se tal objeto não existe, é inevitável a conclusão de que a linguística moderna tem sido construída com base em um mito (p. 45).

Ao discutir os usos linguísticos em Papua-Nova Guiné, Romaine (1994, p. 12) questiona como lidar com a situação em que os falantes afirmam falar uma língua diferente quando linguisticamente elas parecem iguais. A autora salienta que “o conceito de línguas discretas é provavelmente um artefato cultural europeu fomentado por procedimentos como letramento e padronização. Qualquer tentativa de contar línguas distintas funcionará como um artefato de procedimentos classificatórios ao invés de uma reflexão sobre as práticas comunicativas.” Se os conceitos de língua que formam a base do planejamento linguístico são artefatos do pensamento europeu, as políticas linguísticas são, portanto (ainda que involuntariamente), agentes dos mesmos valores que elas buscam problematizar:

Assim como a higiene (o controle das doenças introduzidas e espalhadas pelos colonizadores), a ‘vagabundagem’ e o alcoolismo, a questão linguística pertencia a esses problemas criados pelos europeus cuja importância residia no fato de que eles legitimariam a regulação a partir de cima. (FABIAN, 1986, p. 82).

Branson e Miller (2000, p. 32) afirmam: “não devemos apenas nos divertir com a diferença linguística, mas lidar com essa diferença analiticamente. Deixe-nos reconhecer a natureza culturalmente específica dos nossos próprios esquemas e buscar novos modos de análise que não encaixem outras línguas em um molde, mas que

celebrem e sejam edificados com base nas diferenças epistemológicas”. Embora concordemos interiramente com esses posicionamentos, propomos intensificá-los: a menos que nós nos engajemos ativamente na história da invenção das línguas – compreendendo os processos pelos quais essas invenções são mantidas e se envolvendo em um trabalho político imperativo de sua desconstrução – continuaremos a causar estragos para as comunidades de fala e para as possibilidades educacionais.

### **5 Rumo à desinvenção e reconstituição**

No projeto de desinvenção, não estamos, portanto, meramente reiterando as noções já amplamente aceitas de que as línguas têm fronteiras nebulosas, que a distinção entre língua e dialeto é arbitrária, conforme frequentemente proposto pela sociolinguística convencional. Ao invés disso, argumentamos que os conceitos de língua, e os “regimes metadiscursivos” correlatos, estão fortemente enraizados na linguística e em suposições culturais ocidentais. Eles não descrevem nenhuma situação real no mundo, ou seja, eles não são tipos naturais (DANZINGER, 1998): eles são apenas ficções convenientes na extensão em que eles fornecem uma forma útil de compreender o mundo e moldar os falantes; e eles são ficções muito inconvenientes na extensão em que produzem visões particulares e limitadas de como as línguas operam no mundo. Como uma resposta, não queremos propor a visão de que precisamos de descrições melhores ou de uma maior clareza sobre a nebulosa fronteira entre as línguas; diferentemente, buscamos (estratégias de) desinvenção.

A visão de língua que estamos propondo traz implicações para os ícones preciosos do pensamento linguístico liberal. Não apenas as noções de linguagem e línguas tornam-se fortemente suspeitas, mas também os conceitos correlatos, como direitos linguísticos, língua materna, multilinguismo e mudança de códigos (*code switching*). É comum em ambas as visões, liberal e crítica que afetam a sociolinguística, a insistência na pluralidade, por vezes reforçada por um conceito de direitos. Há argumentos fortes a favor da educação em língua materna, de uma compreensão do multilinguismo como a norma global, da prevalência da mudança de códigos em comunidades bi e multilíngues e da importância dos direitos linguísticos para fornecer um arcabouço moral e legal para as políticas linguísticas. Nosso posicionamento, contudo, é que embora tais argumentos sejam preferidos em detrimento de visões cegas que consideram o monolinguismo como norma,

eles, ainda assim, permanecem armadilhados no interior do mesmo paradigma. Eles operam com uma estratégia de pluralização ao invés de questionarem as invenções que estão no centro de toda a discussão. Sem estratégias de desinvenção, a maior parte das discussões sobre direitos linguísticos, educação em língua materna ou alternância de códigos reproduz o mesmo conceito de língua que subjaz o pensamento linguístico dominante: o multilinguismo, portanto, simplesmente se torna uma pluralização de monolingüismos.

Sonntag (2003, p. 25) assume uma posição similar quando ela argumenta que a abordagem baseada em direitos usada para sustentar a diversidade linguística em oposição ao movimento ‘apenas inglês’ não “alterou fundamentalmente a projeção americana de sua visão de um inglês global... pois a abordagem baseada em direitos para a promoção da diversidade linguística reforça o projeto democrático liberal dominante ao invés de desmantelá-lo.” O ponto aqui, então, é que enquanto, por um lado, supostamente se promove uma causa progressiva e liberal de diversidade, direitos e multilingüismo, ao mesmo tempo, ao se aplicar as mesmas epistemologias que subjazem o monolingüismo e a negação de direitos, tais argumentos fazem mais pela reprodução do que pela problematização das condições que eles contestam. De forma similar, Rajagopalan (1999, p. 201) afirma que “as mesmas cargas que estão sendo postas contra a hegemonia do inglês e de sua suposta pretensão imperialista carregam a marca de um modo de pensar as línguas moldado em um clima intelectual de excessivo fervor nacionalista, em que as identidades foram invariavelmente pensadas em termos de tudo-ou-nada”. Portanto, é assim que “a vontade de se usar a linguagem dos direitos humanos em um nível global para enquadrar as demandas linguísticas locais vis-à-vis o inglês global pode simplesmente afirmar a visão global projetada pela democracia liberal americana” (SONNTAG, 2003, p. 25).

Defendemos, portanto, que assim como as línguas foram inventadas, conceitos correlatos, como multilingüismo, bilingüismo aditivo ou mudança de código também o foram. Políticas de planejamento linguístico que buscam promover o bilingüismo aditivo estão fundadas em visões de língua muito específicas que consideram as línguas como ‘entidades’ que, quando acessadas, trarão benefícios aos falantes. Embora tais espectos sejam projetados como objetivos a serem alcançados pelas políticas de planejamento, o bilingüismo de adição ou o multilingüismo também devem ser compreendidos a partir



de modos específicos de se pensar as línguas. A pesquisa em planejamento linguístico, portanto, precisa focar não apenas os contextos políticos nos quais ela opera, mas também a natureza dos conceitos de língua que subjazem as diferentes escolhas políticas, questionando não apenas a *realpolitik*, mas também a *reallinguistik* do século XX.

Na nossa concepção, há uma similaridade desconcertante entre monolinguismo e bilinguismo de adição na medida em que ambas se fundamentam nas noções de língua como ‘objeto’. Ao falarmos em monolinguismo, nos referimos a entidades singulares; no bilinguismo de adição ou no multilinguismo o número de ‘coisas linguísticas’ (*linguagethings*) aumenta. A valorização atual do multilinguismo, portanto, parece excluir as reações dos falantes a situações nas quais suas línguas estão sendo aprendidas por outros. Tendo em mente o contexto da Papua-Nova Guiné, Renck (1990) sugere que os falantes podem construir fronteiras ao redor de suas línguas com fins de limitar o nível a ser aprendido pelos outros; em tais situações, a língua opera como uma forma de proteção, um segredo que é perdido quando a língua é usada por outros grupos. Enquanto academicamente o multilinguismo é construído como algo progressivo, falantes de algumas línguas locais talvez considerem a aprendizagem de sua própria língua pelos outros como uma forma de violação ao seu espaço privado.

No contexto da política linguística na África do Sul, Makoni (1998a, p. 244-245) defende que “os discursos atuais sobre multilinguismo derivam sua força de uma recusa deliberada por lembrar que no passado o multilinguismo foi sempre usado para facilitar a exploração dos africanos”. Proponentes do multilinguismo parecem sofrer de um processo “de amnésia histórica” (HALL, 1995, p. 20) que os fazem acreditar que o fato de começarem a pensar sobre a ideia significa que essa ideia acabou de surgir. Ademais, os proponentes do multilinguismo são reféns ideológicos do mesmo sistema que eles tentam desafiar. “A luta pela independência”, conforme proposto por Makoni (1998b) não é simplesmente vencida ao se optar por línguas vernaculares ao invés do inglês, conforme articulado por uma certa literatura descolonial... Desde a UNESCO até o *lobby* multicultural, os efeitos potenciais negativos atribuídos aos falantes ao aprenderem através das línguas vernaculares não são considerados quando se assume que é uma vantagem cognitiva e emocional que a criança aprenda através de tal mediação, ignorando as imagens colonizadas codificadas em tais representações dos vernáculos africanos.

Mais importante, na desinvenção nós buscamos oferecer modos alternativos de compreensão de alguns dos problemas sobre planejamento linguístico frequentemente reportados. Por exemplo, sugere-se frequentemente que, em vários casos, particularmente em África, os pais criem objeções em relação ao ensino aos seus filhos em língua materna. A recusa por serem ensinados em língua materna é vista como um legado do colonialismo. Gostaríamos, contudo, de assumir uma visão diferente. Algumas comunidades indígenas desaprovam o ensino em 'sua língua materna' porque a escolarização não é vista como um lugar onde o conhecimento é transmitido, mas como um ponto de contato entre o 'mundo indígena e o mundo do homem branco'. As línguas não-indígenas (ou seja, europeias) são vistas como centrais para esse contato. A educação e a transmissão de conhecimentos, na perspectiva das comunidades indígenas, ocorrem através da tradição oral em casa. A visão ocidental de educação funciona de forma oposta e busca atribuir o status de socialização àquilo que as comunidades indígenas consideram como educação. (REAGAN, 1996).

Mais recentemente, a luta pelas línguas africanas tem sido dominada por um discurso de promoção e de desenvolvimento; promoção das línguas e não promoção dos falantes dessas línguas (SIMIRE, 2004). O conceito de língua que constitui a base do 'desenvolvimento linguístico' é tomado como algo já estabelecido. A menos que exploremos em detalhes as consequências materiais e políticas das formas de falar e pensar sobre as línguas, seremos incapazes de evitar situações infortúnias nas quais as línguas é que são 'desenvolvidas' ao invés de seus falantes. E mais recursos são gastos em línguas do que em sujeitos, conforme se percebe no interesse e compromisso da África do Sul com o multilinguismo. Ademais, tal forma de pensar, em que as línguas são tomadas independentemente de seus falantes, pode levar a situações nas quais os direitos estejam vinculados às línguas e não às pessoas. Quando descrições de hegemonia linguística (direitos linguísticos, imperialismo linguístico e outros) reificam as línguas ao invés de considerarem os falantes, quando as línguas são desenvolvidas e promovidas sem a consideração dos falantes, e quando tudo isso é feito no interior de uma abordagem que objetifica e normatiza as línguas, então as línguas enquanto invenções estão sendo privilegiadas em detrimento de seus sujeitos. As descrições das línguas podem fragilizar os mesmos falantes a quem essas línguas são atribuídas. Nossa perspectiva de desinvenção tomada como estratégia é aquela na qual as línguas estão subordinadas a seus falantes, ao invés de serem hegemônicas sobre eles.

## 6 Desinvenção e Linguística Aplicada

Nosso interesse sobre os efeitos da invenção para a Linguística Aplicada volta-se para as maneiras como esse campo tem adotado e perpetuado versões particulares de língua e linguagem através dos vários braços da imposição linguística, entre os mais significantes: aprendizagem de língua, tradução, política e planejamento linguístico, testes de proficiência. As inumeráveis discussões de imperialismo linguístico, por exemplo, tendem a focar na imposição de línguas dominantes, como o inglês. Mas, o foco em tal dominação omite outras possibilidades de imposição, a exemplo de como a aprendizagem de línguas menos amplamente difundidas também pode ser usada como uma forma de imperialismo linguístico, especialmente quando a ‘língua alvo’ é a primeira língua dos menos poderosos, como é o caso quando o colonizador aprende a língua do colonizado. Jeater (2002) demonstra de forma convincente como a aprendizagem de línguas africanas pelos missionários e administradores europeus teve como objetivo criar oportunidades pelas quais o pensamento europeu poderia se infiltrar nas línguas dos africanos. O colonizador ‘bilíngue’ pode participar de formas muito mais insidiosas de imperialismo do que o colonizador ‘monolíngue’.

A tradução do inglês para línguas africanas foi um exercício político, assim como foi a tradução de línguas africanas e indianas para o inglês (NIRANJANA, 1991). Não se tratou meramente de um exercício técnico neutro, como o caso do chiShona falado no sul da África: a tendência era usar poucas palavras locais para comunicar uma grande variedade de palavras em inglês durante a tradução. Por exemplo, *rudzi* poderia ser traduzido como raça, tribo, povo, comunidade e nação, a despeito de significar algo parecido com ‘espécie’; *mashoko* poderia ser usado para traduzir quase tudo que é escrito: notas, palavras, notícias, itens, perguntas, problemas e questões; *nyika* recobre Terra, continente, o próximo mundo, terra e existência material (mundo temporal). Tais traduções constroem uma crença de que o inglês seria uma língua muito mais expressiva do que as línguas africanas locais. Na tradução, diferentes visões de mundo são postas em contato. Nos contextos coloniais e em situações nas quais há uma hierarquia social (grande parte das sociedades têm uma ou outra forma de hierarquia social), a tradução – particularmente quando traduzido de uma língua ‘mais forte’ para uma ‘mais fraca’ – implica simular o original em uma língua diferente.

Antropólogos e tradutores profissionais geralmente traduzem uma cultura estrangeira para a sua língua materna; em alguns contextos coloniais e pós-coloniais, a tradução ocorre de uma língua materna para uma segunda língua – digamos que do inglês ao swahili, do afrikaans ao zulu. Em tais casos, as traduções envolvem a inscrição de normas e valores europeus nas línguas locais. O processo de tradução do inglês para o zulu é diferente do seu inverso. No primeiro, trata-se de inscrever visões europeias em zulu, e no segundo trata-se de ajustar o zulu para ser encaixado no inglês sem que esta língua tenha que ser, necessariamente, africanizada. A questão central é que as consequências podem variar radicalmente, dependendo se a tradução é de uma ‘língua forte’ para uma ‘língua fraca’ ou vice-versa. Independentemente de a tradução ser em uma ou outra direção, ela envolve uma ou outra forma de atravessamento de ‘fronteira’. A diferença, contudo, reside nos objetivos buscados por esse atravessamento. Em projetos de tradução da Bíblia, levados a cabo pelo Instituto de Verão de Linguística (*Summer Institute of Linguistics*), o atravessamento da ‘fronteira’ é feito com o propósito de tornar a língua em instrumento de conversão. Em casos onde há a tradução de uma língua relativamente mais fraca para uma dominante, atravessar a fronteira pode ter como meta o entendimento da outra cultura em termos de dominação.

As provas de proficiência e os testes de avaliação também desempenham um papel crucial nesse processo. Trata-se de uma das formas pelas quais as línguas são reguladas e a aprendizagem da língua é imposta. Essas avaliações privilegiam versões específicas daquilo que constitui a proficiência linguística e desvalorizam outras formas de domínio linguístico, resultando em uma forma de “violência epistêmica” (SPIVAK, 1993). Um dos argumentos centrais de Shohamy (2001, p. 131) é que uma abordagem crítica dessas avaliações “implica a necessidade de se desenvolver estratégias críticas para examinar os usos e as consequências dos testes, de monitorar seu poder, minimizar sua força prejudicial, revelar os usos indevidos”; para tanto, é preciso olhar como todas as formas de avaliação implicam versões de línguas. Não se trata meramente de uma questão de uma variedade padronizada da língua em relação a outras possibilidades, mas de uma forma de recusa mais geral da diferença. Por exemplo, em uma série de estudos do povo Kashinawa, Lynn Mario de Souza (2004) mostra que a aprendizagem para esse povo deve ser multimodal, pois a construção do conhecimento para eles é predominantemente visual. Formas de avaliação e de ensino linguístico que, portanto, não refletem essa natureza visual de aprendizagem do povo Kashinawa são um exemplo de violência epistêmica.

Não estamos apenas interessados em desinventar as línguas em contextos como África do Sul, Papua-Nova Guiné ou Indonésia, onde a ideologia do censo sinaliza para uma grande quantidade de línguas que são faladas. Também argumentamos que essa preocupação sobre o status ontológico das línguas afeta todos os contextos de uso linguístico. De fato, há uma necessidade urgente de considerar não apenas as ditas ‘línguas pequenas’, mas também a mãe de todas as línguas inventadas: o inglês como língua internacional (REAGAN, 2004). Nesse caso, queremos questionar tanto a comunicação imaginada implicada pelo mito do inglês como língua internacional (KRISHNASWAMY; BURDE, 1998), como a construção igualmente problemática dos chamados “ingleses do mundo” (*world Englishes*). Krishnaswamy e Burde (1998, p. 63) mencionam o seguinte sobre o inglês indiano: “Assim como o nacionalismo indiano, o ‘inglês indiano’ é fundamentalmente inseguro, uma vez que a noção de Índia-nação é insegura”. A estratégia de pluralização dos ingleses do mundo não faz o suficiente para questionar as suposições centrais sobre a língua, a partir das quais os ingleses são extraídos. Conforme Canagarajah (1999, p. 180), ao se “omitir muitas formas excêntricas e híbridas de ingleses locais como sendo muito assistemáticos”, uma perspectiva de ingleses do mundo “segue a lógica das tendências prescritivas e elitistas dos linguistas do centro”. Assim como a noção de multilinguismo pode deixar intacta as suposições monolíngues sobre língua que ela visa criticar, da mesma forma, a perspectiva dos ingleses do mundo pode sustentar, ao invés de se opor, os princípios de uma linguística centrada.

Para a África da parte sul, gostaríamos de argumentar que uma vez que a noção daquilo que constitui línguas africanas está aberta para contestação, as afirmações sobre a natureza das línguas africanas, que são ostensivamente tomadas como a base do inglês afro-americano e do inglês africano, precisam ser esclarecidas. Não está conceitualmente evidente o que constitui o inglês africano. E se aquilo que constitui as línguas africanas está aberto para contestação, é difícil ver como especialistas em vernáculos afro-americanos conseguem afirmar com tanta certeza a base linguística africana desses vernáculos. Para nós, um dos caminhos para sair desse impasse seria redefinir as noções de línguas africanas que constantemente atuam como uma forma de imaginação: uma invenção transatlântica de línguas africanas que não precisam necessariamente coincidir com descrições históricas ou contemporâneas ‘objetivas’ de línguas africanas. Todas as sociedades estão em alguma forma de transição e elas não podem mudar através do uso de modos de pensamento que produziram os mesmos problemas com os quais elas ainda se

confrontam. Mudança requer um novo pensamento, novas maneiras de conceitualização dos problemas. Conforme proposto por um crítico literário e escritor sul-africano:

O passado não pode ser corrigido ao se trazer de volta os procedimentos, mecanismos e mentalidades que originalmente produziram nossa percepção sobre ele. Afinal, não é o passado como tal que produziu o presente ou que colocou as condições para o futuro... mas, a forma como pensamos sobre ele. Ou, de forma mais pertinente, a maneira como nós lidamos com a língua. (BRINK, 1998, p. 23).

Ao se considerar uma série de contextos e modos de compreensão da linguagem e das línguas, defendemos a necessidade de se colocar questões fundamentais para os linguistas, sociolinguistas e linguistas aplicados: se a forma de compreensão da língua em muitas partes do mundo é um resultado da aplicação de mapeamentos coloniais e neocoloniais sobre uma diversidade de contextos, como seriam vistas as línguas se um conceito diferente fosse usado para um mapeamento que operasse, dessa vez, da periferia para o centro? Por exemplo, como seria o inglês se fôssemos analisá-lo usando os regimes metadiscursivos de línguas como o hausa, ou de alguma outra perspectiva local? Quais são as consequências políticas quando noções sobre língua, em conceitos como direitos linguísticos, língua materna e educação bilíngue, fossem desinventadas?

## Referências

- ANDERSON, B. *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso, 1983.
- APPADURAI, A. Number in the colonial imagination. In: BRECKENRIDGE; C. A.; VEER, P. van der (Org.). *Orientalism and the postcolonial predicament: Perspectives on South Asia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993. p. 314-339.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. *Voices of modernity: Language ideologies and the politics of inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BLOMMAERT, J. Reconstructing the sociolinguistic image of Africa: Grassroots writing in Shaba (Congo), *Text 19*, v. 2, p. 175-200, 1999.
- BRANSON, J.; MILLER, D. Maintaining, developing and sharing the knowledge and potential embedded in all our languages and cultures: On linguists as agents of epistemic

violence. In: PHILLIPSON, R. (Org.). *Rights to language: Equity, power and education*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2000. p. 28-32.

BHABHA, H. *The location of culture*. London: Routledge, 1994.

CANAGARAJAH A. S. Celebrating local knowledge on language and education. *Journal of Language, Identity and Education*, v. 1, n. 4, p. 243-261, 2002.

CANAGARAJAH, S. *Resisting linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

COHN, B. Representing authority in Victorian England. In: E. Hobsbawm e T. Ranger (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 165-209.

COHN, B. *Colonialism and its forms of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

CRYSTAL, D. *Language death*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DANZINGER, K. *Naming the mind: How psychology found its language*. London: Sage, 1998.

DE SOUZA, L. M. A change of skin: Applied linguistics in Indigenous communities in Brazil. Paper presented at the American Association of Applied Linguistics Convention, Portland. May 1-4, 2004.

FABIAN, J. *Language and colonial power: The appropriation of Swahili in the former Congo 1880–1938*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

FOUCAULT, M. *The order of things: An archaeology of the human sciences*. New York: Vintage, 1970.

GEERTZ, C. *Local knowledge: Further essays in interpretive anthropology*. New York: Basic Books, 1985.

GRIERSON, G. Languages. In: HUNTER, W. W. (Org.). *The Imperial Gazetteer of India: The Indian Empire – Descriptive*. v. 1. Oxford: Clarendon Press, 1907. p. 349-401.

HALL, S.; GAY, P. *Questions of cultural identity*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HARRIS, R. *The language-makers*. Ithaca: Cornell University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *The language myth*. London: Duckworth, 1981.

\_\_\_\_\_. Murray, Moore and the myth. In: HARRIS, R. (Org.). *Linguistic thought in England. 1914-1945*. London: Duckworth, 1988. p. 1-26.

\_\_\_\_\_. On redefining linguistics. In: DAVIS, H.; TAYLOR, T (Org.). *Redefining linguistics*. London: Routledge, 1990. p. 18-52.

\_\_\_\_\_. *Introduction to integrational linguistics*. London: Pergamon, 1998.

HILL, J. Expert rhetorics in advocacy for endangered languages: Who is listening, and what do they hear? *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 12, n. 2, p. 119-133, 2003.

HOBBSAWM, E. Introduction: Inventing traditions. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 1-14.

ISICHEI, E. *A history of Christianity in Africa*. Lawrence: Africa World Press, 1995.

JEATER, D. Speaking like a native. *Journal of African History*, v. 42, n. 3, p. 449-468, 2002.

JOSEPH, J. *Language and identity: National, ethnic, religious*. Palgrave: Macmillan, 2004.

KRISHNASWAMY, N; BURDE, A. *The politics of Indians' English: Linguistic colonialism and the expanding English empire*. Delhi: Oxford University Press, 1998.

KYEYUNE, R. Challenges of using English as a medium of instruction in the multilingual contexts: A view from Ugandan classrooms. In: JEPKIRUI, M.; NDUKU KIOKO, A. (Org.). *New language bearings in Africa*. Clevedon: Multilingual Matters, 2004. p. 77-89.

LATOUR, B. *We have never been modern*. Translated by Catherine Porter. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

LEEMAN, J. Racializing language: A history of linguistic ideologies in the US census. *The Journal of Language and Politics*, v. 3, n. 3, p. 507-534, 2004.

LELYVELD, D. The fate of Hindustani: Colonial knowledge and the project of a national language. In: BRECKENRIDGE, C. A.; VEER, P. van der (Org.). *Orientalism and the postcolonial predicament: Perspectives on South Asia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993. p. 189-214.

LUDDEN, D. Orientalist empiricism: Transformations of colonial knowledge. In: BRECKENRIDGE, C. A.; VEER, P. van der (Org.). *Orientalism and the postcolonial predicament: Perspectives on South Asia*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993. p. 250-278.

MAKONI, S. African languages as European scripts: the shaping of communal memory. In: NUTTALL, S.; COETZEE, C. (Org.). *Negotiating the past: The making of memory in South Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1998a. p. 242-248.

\_\_\_\_\_. In the beginning was the missionaries' word: The European invention of na African language: The case of Shona in Zimbabwe. In: PRAH, K. K. (Org.). *Between distinction and extinction: The harmonisation and standardisation of African languages*. Johannesburg: University of Witwatersrand Press, 1998b. p. 157-164.



\_\_\_\_\_. From misinvention to disinvention of language: Multilingualism and the South African Constitution. In: MAKONI, S.; SMITHERMAN, G.; BALL, A.; SPEARS, A. (Org.). *Black Linguistics: Social and linguistic problems of languages in Africa and the Americas*. London: Routledge, 2003. p. 132-151.

MAKONI, S.; MEINHOF, U. Western perspectives on applied linguistics in Africa. *AILA Review*, v. 17, 2004. p. 77-105.

MIGNOLO, W. *Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking: Local histories/global designs*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MUDIMBE, V. Y. *The invention of Africa: Gnosis, philosophy, and the order of knowledge*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

MÜHLHÄUSLER, P. *Linguistic ecology: Language change and linguistic imperialism in the Pacific region*. London: Routledge, 1996.

MÜHLHÄUSLER, P. Language planning and language ecology. *Current Issues in Language Planning*, v. 1, n. 3, p. 306-367, 2000.

NETTLE, D.; ROMAINE, S. *Vanishing voices: The extinction of the world's languages*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

NIRANJANA, T. Translation, colonialism and the rise of English. In: JOSHI, S. (Ed.) *Rethinking English: Essays in literature, language, history*. New Delhi: Trianka, 1991. p. 124-145.

PENNYCOOK, A. Mother tongues, literacy and colonial governmentality. *International Journal of the Sociology of Language*, n. 154, p. 11-28, 2002.

RAJAGOPALAN, K. Of EFL teachers, conscience and cowardice. *ELT Journal*, n. 53, p. 200-206, 1999.

RANGER, T. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

REAGAN, T. Objectification, positivism and language studies: A reconsideration. *Critical Inquiry in Language Studies: An International Journal*, v. 1, n. 1, p. 41-60, 2004.

RENCK, G. *Contextualization of Christianity and Christianization of language: A case study from the Highlands of Papua New Guinea*. Erlangen: Verlag der Luth-Mission, 1990.

ROMAINE, S. *Language in society: An introduction to sociolinguistics*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

SHOHAMY, E. *The power of tests: A critical perspective on the uses of language tests*. London: Longman, 2001.

SKUTNABB-KANGAS, T. Linguistic diversity and biodiversity: The threat from killer languages. In: MAIR, C. (Org.). *The politics of English as a world language: New horizons in postcolonial cultural studies*. Amsterdam: Rodopi, 2003. p. 31-52.

SONNTAG, S. *The local politics of global English: Case studies in linguistic globalization*. Lanham: Lexington Books, 2003.

SPEAR, T. Neo-traditionalism and the limits of invention in British Colonial Africa. *Journal of African History*, v. 44, n. 1, p. 3-27, 2003.

TOOLAN, M. An integrational linguistic view of coming into language. In: LEATHER, J.; VAN DAM, J. (Org.). *Ecology of language acquisition*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 123-139.

VAUGHAN, O. *Chiefs, power and social change: Chiefship and modern politics in Botswana, 1880-1990*. Trenton: Africa World Press, 2003.

WALLERSTEIN, I. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

Data de submissão: 24/07/2016

Data de aceite: 16/09/2016